

INFORMATIVO

DEZEMBRO

2023



podemos

SENADO



RETROSPECTIVA

2023

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO

Líder do Podemos no Senado:
Senador Oriovisto Guimarães (PR)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Ismael Almeida

Coordenadora de Comunicação:
Cristiane Salles

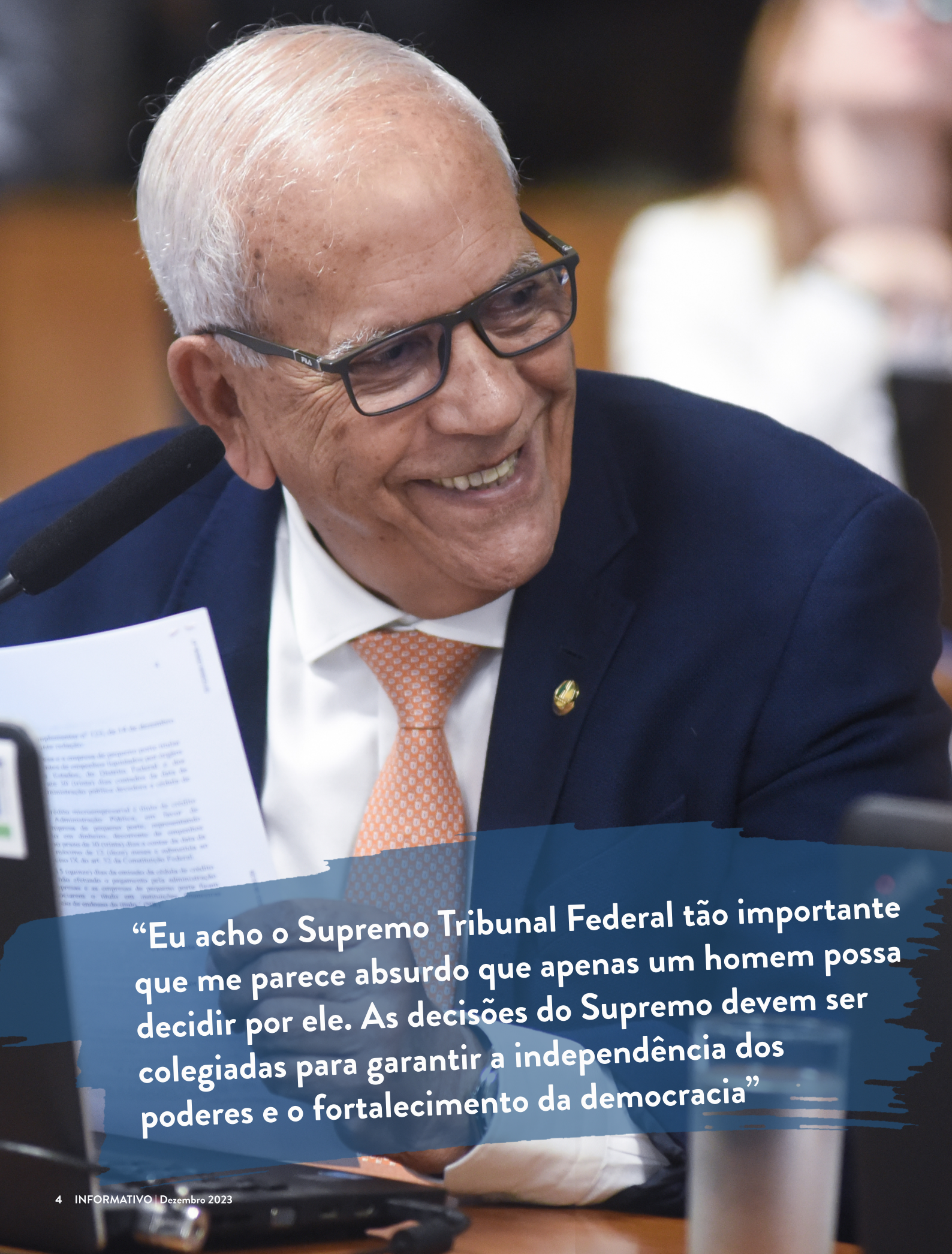
Jornalistas responsáveis:
Fred Raposo, Rafaela Rosa e assessores de imprensa dos senadores

Diagramação e Arte:
Rafael Otero

Colaboradores: Felipe A. Rodrigues, Danilo Rurik, Guilherme Knevitz, Valéria Ribeiro, Aline Medeiros, Cássia Cassânego, Hélio Augusto, Roberto dos Santos, Daniel Mendes, Rita Maria, Maria de Jesus e Edilene Martins.

SUMÁRIO

- 5** Senado aprova PEC de Oriovisto que limita poderes do STF
- 6** Rodrigo Cunha relata o Programa para livrar brasileiros das dívidas
- 9** Corruptos não ficarão impunes
- 10** Voto a favor do Marco Temporal
- 13** Senado aprova PL de Styvenson que iguala ações de facções a terrorismo
- 14** Senadora Soraya Thronicke se filia ao Podemos
- 17** “Começamos a equilibrar os Poderes”, diz senador após aprovação da PEC 8/2021



“Eu acho o Supremo Tribunal Federal tão importante que me parece absurdo que apenas um homem possa decidir por ele. As decisões do Supremo devem ser colegiadas para garantir a independência dos poderes e o fortalecimento da democracia”

SENADO APROVA PEC DE ORIOVISTO QUE LIMITA PODERES DO STF

O plenário do Senado aprovou, por 52 votos a 18, em dois turnos, a PEC 8/2021, do líder do Podemos, senador Oriovisto Guimarães, que limita as decisões monocráticas (de um único ministro) no Supremo Tribunal Federal.

“Eu acho o Supremo Tribunal Federal tão importante que me parece absurdo que apenas um homem possa decidir por ele. As decisões do Supremo devem ser colegiadas para garantir a independência dos poderes e o fortalecimento da democracia”, disse Oriovisto, na sessão plenária de 22/11. A proposta do senador Oriovisto Guimarães proíbe decisões monocráticas que suspendam a eficácia de lei ou ato normativo com efeito geral ou que suspendam atos dos presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional.

LÍDER DIZ QUE ATUAL REFORMA TRIBUTÁRIA FARÁ MAL AO PAÍS

“Essa reforma é tão ruim, tecnicamente tão mal concebida que, se a oposição fosse maquiavélica e pensasse mais em política e menos no Brasil, votaria a favor, porque vai ser um tiro no pé do PT”, disse o líder do Podemos, senador Oriovisto Guimarães, durante a votação da reforma tributária, em 8/11.

“Nós temos impostos hoje que são um manicômio tributário – PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI. Esses cinco impostos vão continuar existindo por dez anos, no período de transição, junto com os cinco que foram criados: CBS, IBS, Imposto Seletivo, Cide importação e Imposto de mineração. Todas as empresas do país vão ter que pagar o velho e o novo manicômio. É uma reforma que vai aumentar a carga tributária, em vez de diminuir”. Durante todo o ano de 2023, Oriovisto defendeu a PEC 46/2022, de sua autoria, que simplifica o sistema tributário, unificando as leis estaduais e municipais que regem os impostos sobre o consumo (ICMS e ISS).

SENADO APROVA PROJETO PARA FISCALIZAR INCENTIVOS FISCAIS

O plenário do Senado Federal aprovou, por unanimidade, o PLP 41/2019, relatado pelo líder do Podemos, senador Oriovisto Guimarães, que determina a avaliação periódica dos benefícios tributários, financeiros ou fiscais concedidos pelo poder público: “Enquanto houver benefício deve haver fiscalização”.

Oriovisto destacou que o governo, ao conceder benefícios e abrir mão da arrecadação, deve cobrar metas de desempenho como geração de emprego, combate à pobreza e proteção ambiental, entre outros. “Esse imenso esforço do contribuinte deve dar retorno. E segundo a proposta, a fiscalização periódica vai garantir que as metas estão sendo cumpridas, sob pena de não renovação da concessão”.

EMENDA DE ORIOVISTO É ACATADA NO PROJETO DO ARCABOUÇO FISCAL

O relator do arcabouço fiscal (PLP 93/2023), que substituiu o teto de gastos, senador Omar Aziz (PSD/AM), acatou em seu parecer a emenda 56, apresentada pelo senador Oriovisto Guimarães, que inclui a permissão de alienação de ativos e a privatização de empresas estatais no conjunto de medidas de ajuste fiscal.

Para Oriovisto, o arcabouço do governo poderia ser melhor, tanto é que propôs a emenda, aprovada pelo Congresso: “Eu propus que o governo possa vender empresas estatais que dão déficit, vender imóveis que ele não usa, porque o governo precisa aumentar a receita. São 188 empresas, muitas sem grande utilidade. O arcabouço foi feito para todos os governos que virão daqui para frente. Pode ser que o próximo presidente da República tenha uma visão diferente da do PT e queira privatizar, e ele poderá fazer isso porque está lá no arcabouço”.

RODRIGO CUNHA RELATA PROGRAMA PARA LIVRAR BRASILEIROS DAS DÍVIDAS

O plenário do Senado aprovou o projeto que cria o Programa Emergencial Desenrola Brasil para refinanciamento de dívidas pessoais (PL 2.685/2022). O projeto foi relatado pelo senador Rodrigo Cunha e sancionado pela Presidência da República.

Rodrigo Cunha disse que o projeto terá um impacto positivo muito grande na economia dos lares do país. Na visão do senador, o Desenrola ainda tem o mérito de resgatar a dignidade para muitos brasileiros, que poderão “limpar o nome”.

SANCIONADA LEI QUE GARANTE DELEGACIAS 24H PARA MULHERES

Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar terão atendimento 24 horas por dia nas delegacias especializadas de atendimento à mulher. Foi sancionada pela presidência da República a Lei 14.541/2023, de autoria do senador Rodrigo Cunha, que determina atendimento ininterrupto, preferencialmente, em sala reservada e por policiais do sexo feminino. O poder público também deve garantir assistência psicológica e jurídica às vítimas.

“No Brasil, três mulheres são vítimas de feminicídio por dia. Cada segundo conta e pode mudar o destino de mulheres e meninas de todo o país”, disse Rodrigo Cunha.

LEI DE RODRIGO CUNHA IMPEDE GUARDA COMPARTILHADA EM CASO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR

Virou lei o Projeto de Lei 2491/2019, do senador Rodrigo Cunha, que impede a guarda compartilhada de filhos quando há risco de algum tipo de violência doméstica ou familiar praticado por um dos genitores. A nova regra foi sancionada pela Presidência da República na forma da Lei 14.713/2023.

Na justificativa do projeto, Rodrigo Cunha argumenta que o objetivo é que o juiz e o representante do Ministério Público tomem conhecimento de situações de violência doméstica e familiar envolvendo as partes do processo de guarda: “Se houver prova de risco à vida, saúde, integridade física ou psicológica da criança ou do outro genitor, a guarda da criança deve ser entregue àquele que não seja o responsável pela situação de violência doméstica ou familiar”.

RODRIGO CUNHA ESTÁ NO TOPO DO RANKING DE TRANSPARÊNCIA COM EMENDAS

Reportagem do Jornal Folha de São Paulo apontou que o senador Rodrigo Cunha integra o seletor e reduzido grupo de 11 parlamentares federais – entre 594 deputados e senadores de todo o Brasil – que realiza seleção pública de projetos, mediante edital, para a destinação de emendas. Da região Nordeste, somente ele e um deputado federal pernambucano realizam esse processo democrático e transparente de alocação de verbas públicas.

“Desde o começo de minha atividade pública e parlamentar, adotei o modelo de descentralização na indicação de emendas parlamentares. Por isso, todos os anos, lanço uma nova edição do Projeto Central de Emendas e o sucesso da iniciativa comprova o olhar diferente, cidadão, inclusivo e democrático com o qual enxergamos os investimentos de nossos recursos provenientes de emenda parlamentar”, afirmou o senador.



“Se houver prova de risco à vida, saúde, integridade física ou psicológica da criança ou do outro genitor, a guarda da criança deve ser entregue àquele que não seja o responsável pela situação de violência doméstica ou familiar”.

“A violência no campo é subnotificada e, para preveni-la e combatê-la, necessitamos de registros oficiais mais exatos, que nos permitam analisá-la”

CORRUPTOS NÃO FICARÃO IMPUNES

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou, no dia 5 de setembro, o Projeto de Lei (PL) 5.236/2020, de autoria do senador Marcos do Val, que torna imprescritíveis os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Com essa medida, processos da Operação Lava Jato, por exemplo, em que dezenas de corruptos responderam por crimes que lesaram a Petrobras e o patrimônio dos brasileiros, não se encerrariam por decurso de prazo para a aplicação das penas.

Segundo Marcos do Val, os esquemas de corrupção andam lado a lado com a lavagem de dinheiro: “O ‘branqueamento’ de capitais oculta a origem ilícita dos recursos e permite que os corruptos usufruam deles de imediato”. O projeto seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

INTELIGÊNCIA PARA COMBATER O CRIME NO CAMPO

O combate à violência no campo é o objetivo do Projeto de Lei (PL) 563/2022, de autoria do senador Marcos do Val, que no dia 4 de outubro foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O PL dispõe sobre a prevenção e o combate à violência no campo por meio da integração dos sistemas de informação das polícias e o intercâmbio de inteligência entre os estados. Ele cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais, de Drogas e de Violência no Campo (Sinesp).

“A violência no campo é subnotificada e, para preveni-la e combatê-la, necessitamos de registros oficiais mais exatos, que nos permitam analisá-la”, explicou o senador Marcos do Val ao apresentar a proposta.

PROJETO DO SENADOR MARCOS DO VAL AVANÇA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este ano avançou na Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 3.130/2019, de autoria do senador Marcos do Val. O parecer pela aprovação integral do texto, apresentado pelo deputado federal Sargento Gonçalves (PL-RN), foi acatado e o projeto seguiu para análise na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). A última etapa da tramitação terminativa será a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PL 3.130/2019 altera a Lei nº 13.675/2018, incluindo entre os objetivos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) a promoção de intercâmbio entre órgãos de segurança pública do Brasil com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países. Segundo o senador Marcos do Val, o PL dá um passo adiante na missão da Renaesp.

PEC CONTRA O TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Marcos do Val, que torna imprescritível o crime de tráfico de crianças e adolescentes, alcançou o número de assinaturas de apoio e já tramita no Senado Federal. O primeiro passo para a sua aprovação é passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC 54/2023 inclui o tráfico de crianças e adolescentes no rol de crimes imprescritíveis descritos no Artigo 5º da Constituição Federal. A medida sinaliza a importância da proteção e amparo da infância que é evidenciado em outros trechos da Carta Magna. O senador Marcos do Val se baseou, para elaborar a PEC, em estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) que apontam que em todo o mundo, anualmente, desaparecem cerca de 1,2 milhão de crianças – no Brasil, esse número está entre 30 e 40 mil meninos e meninas. Destes, de 10 a 15% jamais são encontrados.

VOTO A FAVOR DO MARCO TEMPORAL

Pauta de relevância, o Marco Temporal (PL 2.903/2023), projeto de lei que reconhece como terras indígenas somente as que estavam ocupadas por eles no ano de 1988, quando entrou em vigor a Constituição Federal, foi aprovado pelo Senado. Um dos 43 votos favoráveis foi do senador Zequinha Marinho. 21 foram os votos contrários.

No início de outubro, Marinho, em pronunciamento no plenário, agradeceu aos seus pares: “Muito importante para o Brasil neste momento de tanta preocupação, principalmente por parte de municípios que foram ou estão sendo atingidos pela queda do marco temporal no Supremo Tribunal Federal [...]. Foi feito um trabalho primoroso, liderado na maioria pela ex-ministra [da Agricultura] Tereza Cristina, e todos nós mergulhados para dar ao Brasil um pouco de tranquilidade”.

FERROGRÃO: UMA SOLUÇÃO PARA A LOGÍSTICA DO BRASIL

A construção da Ferrogrão é um projeto que começa a sair do papel. O empreendimento da ferrovia prevê a ligação da cidade de Sinop (MT) ao Porto de Miritituba, em Itaituba (PA). A obra está calculada em R\$ 25 bilhões, e o investimento deve reduzir o custo de transporte para os produtores agrícolas da região. O senador Zequinha Marinho tem demonstrado entusiasmo para levantar essa bandeira que deve solucionar a grande demanda de logística do Brasil.

“A Ferrogrão tem esse efeito positivo de reduzir o custo do frete. A previsão é de uma redução de R\$ 19,2 bilhões. Mas os benefícios da ferrovia vão muito além disso. Ela vai gerar cerca de 373 mil empregos diretos e indiretos e reduzir em 800 mil toneladas por ano a quantidade de CO² que hoje é gerada pelo transporte rodoviário”, argumentou o senador e vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

O GRANDE DESAFIO DA CPI DAS ONGS

A CPI das ONGs pode ser considerada um dos importantes trabalhos da legislatura no ano de 2023. Iniciada em junho e com relatório finalizado em dezembro, a Comissão percorreu estados como Pará, Amazonas, Acre e Roraima, a fim de investigar a liberação de recursos públicos a organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de direito público (OSCIPs).

“Um trabalho desafiador, pois assim como na área indígena de Apyterewa, na cidade de São Félix do Xingu, no Pará, pudemos comprovar como esses organismos têm assumido há anos um papel praticamente de Estado, definindo políticas públicas, que só têm retirado a autonomia de indígenas, e atrasado o desenvolvimento da Amazônia, e assim do Brasil, alinhados a interesses estrangeiros”, defende o senador Zequinha Marinho.


PRONAF MARAJÓ ESTIMULA AGRICULTURA FAMILIAR EM REGIÃO CARENTE

No mês de agosto, a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE) da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Marajó.

A autoria do projeto é do senador Zequinha Marinho e segue os moldes do Pronaf desenvolvido no Nordeste do Brasil. “Ao criar o Pronaf Marajó, buscamos fomentar a agricultura familiar no Marajó e dar condições para que a população local conte com uma atividade econômica pujante e que gere renda e crie empregos. Dessa forma, será possível superar os problemas históricos do arquipélago que detém o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil”, comentou o senador.



“A Ferrogrão tem o efeito positivo de reduzir o custo do frete. A previsão é de uma redução de R\$ 19,2 bilhões. Mas os benefícios da ferrovia vão muito além disso. Ela vai gerar cerca de 373 mil empregos diretos e indiretos e reduzir em 800 mil toneladas por ano a quantidade de CO² que hoje é gerada pelo transporte rodoviário”

A man with dark hair, wearing a dark blue suit jacket, a light blue shirt, and a dark tie, is speaking into a microphone. He has a yellow ribbon pin on his lapel. The background is a plain, light-colored wall.

“As milícias e outras associações criminosas têm exposto a população brasileira ao terror generalizado que a Lei Antiterror visa coibir. Assim, torna-se necessário aproximar a legislação de combate ao terrorismo daquela destinada à criminalidade organizada, evitando a repressão estatal seletiva e destinada apenas a pequenos delinquentes”

SENADO APROVA PL DE STYVENSON QUE IGUALA AÇÕES DE FACÇÕES A TERRORISMO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei 3283/2021, do senador Styvenson Valentim, que equipara a terrorismo as ações de grupos criminosos organizados, como milícias e facções. O objetivo é diferenciá-los de criminosos que agem individualmente e, dessa forma, aumentar as penas previstas na lei.

“As milícias e outras associações criminosas têm exposto a população brasileira ao terror generalizado que a Lei Antiterror visa coibir. Assim, torna-se necessário aproximar a legislação de combate ao terrorismo daquela destinada à criminalidade organizada, evitando a repressão estatal seletiva e destinada apenas a pequenos delinquentes”, afirmou o senador.

STYVENSON LAMENTA SUSPENSÃO DO PROGRAMA CÍVICO-MILITAR

O senador Styvenson Valentim lamentou a revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e criticou o posicionamento de deputados do PT sobre não ter como mensurar a melhoria do ensino com a adoção do programa criado no governo Bolsonaro.

O senador falou sobre a experiência bem-sucedida de uma escola cívico-militar, no Rio Grande do Norte: a Escola Estadual Maria Ilka, no Bom Pastor, que ele vem adotando desde o fim do governo Robinson Faria (2015/2018): “Basta deslocar alguns quilômetros para chegar à escola, mas a governadora, deputados e secretários não frequentam esse ambiente, só quando vão pedir votos”, afirmou Styvenson.

PROJETO RESTRINGE PONTOS DE VENDA DE CIGARROS E PRODUTOS DE TABACO

Supermercados, bancas de jornais e lojas de conveniência são alguns dos estabelecimentos comerciais que não poderão mais vender cigarros e outros produtos de tabaco, caso seja convertido em lei o PL 4.605/2023, que começou a tramitar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal.

O autor, senador Styvenson Valentim, espera que a restrição de vendas contribua para o desestímulo ao consumo de tabaco: “Dificultar o acesso a esses produtos pode dissuadir, especialmente, os jovens consumidores em formação. Experiências internacionais demonstram a importância de conter o fornecimento na ponta, nos pontos de venda”.

APROVADO PROJETO QUE IMPEDE SINDICATO DE COBRAR CONTRIBUIÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o Projeto de Lei 2099/2023, que impede os sindicatos de exigirem o pagamento da contribuição sindical sem autorização do empregado. O PL de autoria do senador Styvenson Valentim recebeu relatório favorável do senador Rogerio Marinho (PL-RN) e seguiu para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposição altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452, de 1943). De acordo com o projeto, mesmo que seja filiado, o trabalhador deve autorizar, prévia e expressamente, a cobrança de contribuições aos sindicatos, seja da categoria econômica ou profissional.

SENADORA SORAYA THRONICKE SE FILIA AO PODEMOS

O time de senadores do Podemos foi reforçado com a chegada da senadora Soraya Thronicke, que se filiou ao partido no dia 28 de junho. Única mulher entre os senadores do Podemos, a parlamentar chegou para representar e defender os interesses femininos na política, além das suas bandeiras já tradicionais de combate à corrupção, liberalismo e econômico do país.

"Sinto que o Podemos é um partido que apoia verdadeiramente as mulheres, especialmente por termos no comando a nossa Presidente Nacional, deputada Renata Abreu. Chego cheia de disposição para trabalhar em parceria com meus colegas de sigla e para ajudar o Brasil a crescer e prosperar. Estou muito otimista com o que me espera no Podemos", disse a senadora.

DESTAQUE NO PRÊMIO CONGRESSO EM FOCO

A senadora Soraya Thronicke foi destaque no Prêmio Congresso em Foco 2023, sendo premiada em três categorias: "Melhor Senador do Centro-Oeste"; "Melhores do Senado - Voto do Público"; e "Melhores do Senado - Voto do Júri Especializado".

"Meu trabalho sempre foi focado em corresponder e entregar o melhor para o meu estado de Mato Grosso do Sul e para todo o Brasil. Sem dúvidas, receber um prêmio como esse é uma confirmação de que estou no caminho certo, focada em entregar resultados, sempre de forma transparente. E o principal, defendendo as bandeiras e valores pelos quais sempre trabalhei e continuo fiel", agradeceu Soraya.

MEMBRO ATIVA DA CPMI DO 8 DE JANEIRO, SENADORA CELEBRA ENTREGA DE RELATÓRIO

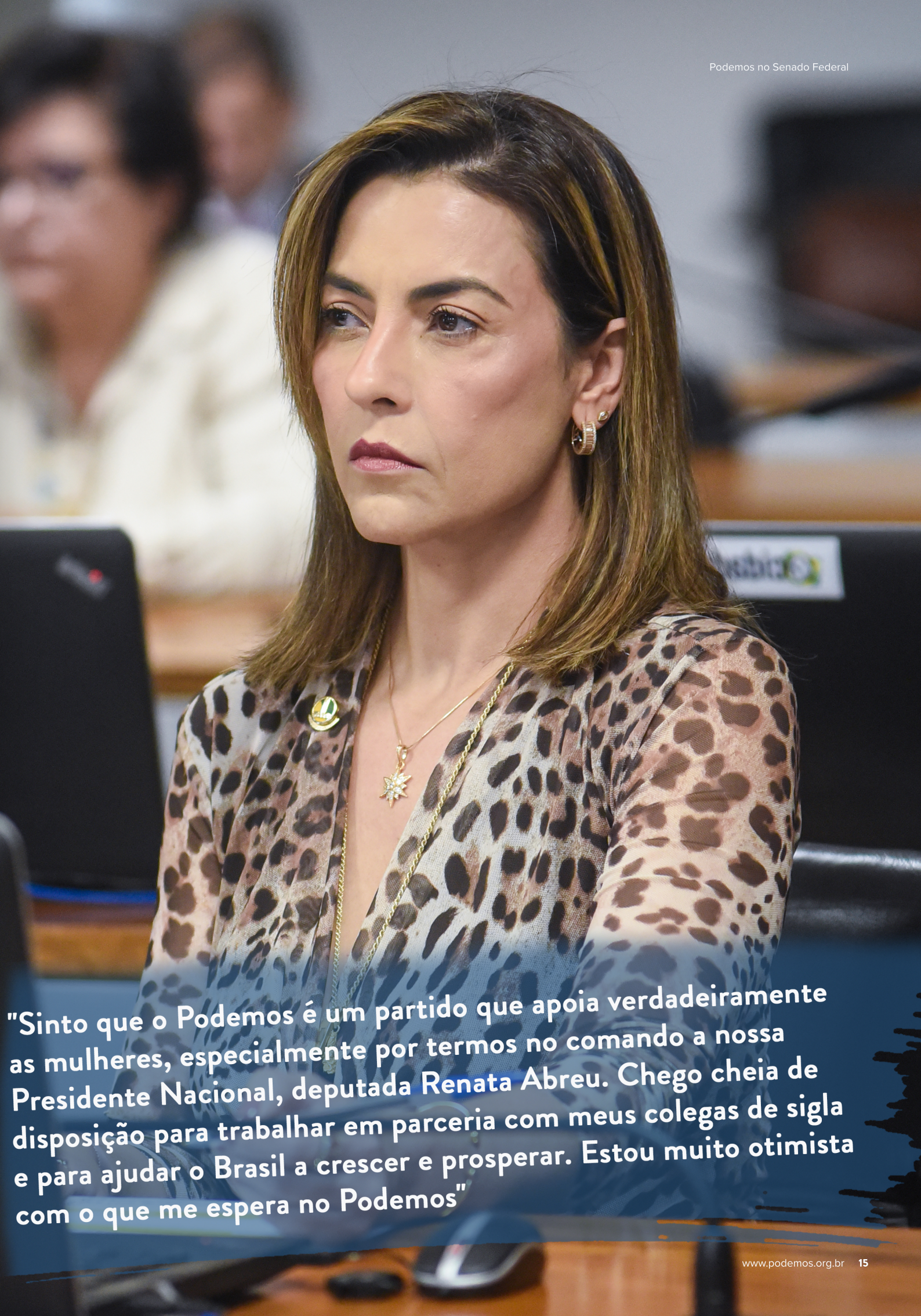
Após 180 dias de duração da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro, a senadora Soraya Thronicke celebrou a aprovação do relatório entregue pela relatora, senadora Eliziane Gama. Para a senadora Soraya, a aprovação desse relatório e os trabalhos da comissão representaram um ato em defesa da democracia, que sofreu atentado no início do ano. No total, foram 20 votos favoráveis e 11 contrários.

"O Parlamento brasileiro, o Poder Legislativo entregou o seu trabalho. Nós fizemos uma entrega simbólica do relatório para o Supremo Tribunal Federal, para o Ministério Público e para a Polícia Federal, e que eles assumam as investigações daqui para a frente", disse Soraya.


RELATÓRIO SOBRE MARCO TEMPORAL APROVADO NA CRA

O relatório da senadora Soraya Thronicke sobre o Marco Temporal foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, em agosto deste ano. O texto estabelece um marco temporal para a demarcação de terras indígenas.

Após abrir o gabinete para receber representantes dos proprietários de terras e dos indígenas, a parlamentar entendeu que todos os lados estavam insatisfeitos, uma vez que a situação gerava uma insegurança jurídica. "Estou convicta de que a data da promulgação da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, representa parâmetro apropriado de marco temporal para verificação da existência da ocupação da terra pela comunidade indígena", afirmou Soraya.



"Sinto que o Podemos é um partido que apoia verdadeiramente as mulheres, especialmente por termos no comando a nossa Presidente Nacional, deputada Renata Abreu. Chego cheia de disposição para trabalhar em parceria com meus colegas de sigla e para ajudar o Brasil a crescer e prosperar. Estou muito otimista com o que me espera no Podemos"



"Estamos fazendo o que a sociedade espera de nós. E não estamos aqui levantando qualquer tipo de guerra ou desrespeito a outro poder da República, estamos decidindo com clareza que as nossas atribuições vieram pelo voto da população, que nos deu a confiança de representá-los aqui como senadores da República"

“COMEÇAMOS A EQUILIBRAR OS PODERES”, DIZ SENADOR APÓS APROVAÇÃO DA PEC 8/2021

“Fizemos história com um posicionamento altivo dessa Casa, que representa a população de todo um país, e que quer equilíbrio entre os poderes”. A afirmação é do senador Carlos Viana após a aprovação da PEC 8/2021, de autoria do senador Oriovisto Guimarães, estabelecendo limites nas decisões monocráticas de ministros do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais superiores.

Durante discurso no plenário, Viana ressaltou que votar o fim das decisões monocráticas é atribuição do Congresso. “Estamos fazendo o que a sociedade espera de nós. E nós não estamos aqui levantando qualquer tipo de guerra ou desrespeito a outro poder da República, mas estamos aqui decidindo com clareza que as nossas atribuições vieram pelo voto da população, que nos deu a confiança de representá-los aqui como senadores da República”, disse o senador mineiro.

“REFORMA TRIBUTÁRIA É UM IMPORTANTE AVANÇO PARA O BRASIL E PARA MINAS”

“Nós demos um passo importante para tornar o Brasil mais competitivo, diminuimos a carga tributária para quem mais gera emprego, que é o setor produtivo, diminuimos os impostos para quem ganha menos, simplificamos, unificamos e colocamos um teto de cobrança de tributos. Essa reforma tributária aprovada vem sendo trabalhada há mais de 5 anos”, afirmou o senador Carlos Viana, após a aprovação da reforma tributária no plenário do Senado.

O parlamentar mineiro foi fundamental para evitar perdas fiscais para Minas, geradas pelo setor de autopeças. Uma emenda do senador Carlos Viana impediu que o Estado perdesse R\$ 6 bilhões. “Minas já está com enormes dificuldades financeiras e de caixa e iria perder mais esses recursos. Muitas pessoas poderiam perder os empregos. Essa é minha função, defender os interesses de Minas e foi o que eu fiz”, explicou.

SENADOR CARLOS VIANA QUER AUMENTAR OS VALORES PARA MERENDA ESCOLAR

Garantir que os valores destinados à merenda escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, sejam reajustados anualmente pela inflação e assim garantir uma alimentação melhor aos estudantes de escolas públicas. Este é objetivo do projeto PL 4522/23, apresentado pelo senador Carlos Viana.

“Não podemos mais permitir que esses valores sejam reajustados ao sabor das conveniências. É essencial que os recursos destinados à alimentação escolar não percam seu valor real, sem prejuízo de eventual revisão que promova aumento para os índices inflacionários. Por isso, quero pedir apoio a essa matéria para que possamos, a cada janeiro, reajustar a merenda escolar pelo IPCA e ajudar os prefeitos que estão hoje sobrecarregados com a queda na arrecadação e com os compromissos cada vez maiores para manter as cidades e a municipalidade em funcionamento” afirmou.

PROJETO PROÍBE PENHORA DE SALÁRIOS DE TRABALHADOR PARA PAGAMENTO DE DÍVIDAS

Salários, soldos, vencimentos e toda e qualquer forma de ganho laboral que venha de autônomo ou pessoa que tenha carteira assinada não podem ser penhorados pela Justiça para pagamento de dívidas. Este é objetivo do PL 4386/23) apresentado pelo senador Carlos Viana. Ele explicou que, mesmo estando na Constituição a proibição da penhora, uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que os salários das pessoas que têm dívidas “não são totalmente impenhoráveis”.

“A Constituição diz que há uma proteção ao salário. O que está escrito na Lei é que não pode penhorar, mas no STJ o entendimento foi diferente. Por isso, temos que regulamentar”, disse Viana durante discurso no plenário.

Em 2023, graças ao empenho da Presidente Nacional do Podemos, deputada Renata Abreu, e do Líder do Podemos no Senado, senador Oriovisto Guimarães, o partido ganhou quatro novos senadores. O Podemos também foi, segundo levantamento do site Poder 360, o partido que mais atraiu filiados em 2023, com 397 mil novos inscritos na legenda.

"Nós somos um partido independente. O que nos mantém unidos é a ética, a coerência e os princípios de fazer política pensando no bem do país. O Podemos não está crescendo apenas em quantidade, mas também em qualidade. Estou muito honrado de ter liderado o partido nesse ano que se encerra. Desejo a todos Boas Festas e um 2024 de saúde e prosperidade", disse o Líder Oriovisto Guimarães.



JUNTOS PODEMOS



JUNTOS PODEMOS TRANSFORMAR O BRASIL



@Podemos 19
@Podemos 19
@Podemos 19



@podemosnos Senado
@podemosnos Senado
@podemosnos Senado



@senadororiovisto
@senadororiovistoguimaraes
@Sen_Oriovisto



@senadorstyvensonvalentim
@senadorstyvenson
@senstyvenson



@marcosdoval
@marcosdoval
@marcosdoval



@carlosviana
@senadorcarlosviana
@carlosviana



@zequinhamarinhooficial
@zequinhamarinhosenadororiovisto
@zequinhamarinho



@rodrigocunhaal
@rodrigocunha
@rodrigocunhaal



@sorayathronicke
@sorayathronicke
@SorayaThronicke



podemos

SENADO